



SNA 114 anos

SNA comemora 114 anos com presença do ministro Moreira Franco

No dia 17 de janeiro a SNA promoveu o almoço comemorativo de seus 114 anos. Na ocasião, o presidente da SNA, Antonio Alvarenga, mencionou que a instituição é antiga e tradicional, mas ao mesmo tempo moderna, atual e contemporânea, pautando sua atuação no agronegócio e na sustentabilidade.

Perspectivas do agronegócio brasileiro

O presidente da SNA, mostrou-se otimista com o futuro do agronegócio brasileiro: “A demanda por alimentos, energia renovável, madeira e outros produtos de nossa agropecuária permanecerá em crescimento por muito tempo. O Brasil tem áreas disponíveis e tecnologia para atender essa demanda. “O país já é o maior produtor de café, cana de açúcar e laranja do mundo. Somos o 2º maior produtor de soja e o maior exportador mundial de carne bovina.”

Presenças

O evento contou com a expressiva participação dos diretores da SNA e membros da Academia Nacional de Agricultura, como os embaixadores Affonso Arinos de Melo Franco e Flavio Perri, o almirante Ibsen Câmara, Roberto Paulo César de Andrade, Tito Ryff, Sérgio Malta, José Carlos Menezes, Francisco Villela Santos, Ruy Barreto, Roberto Paraíso, Ronaldo Albuquerque, Antonio Freitas, Maria Helena Furtado, Sylvia Wachsner, Beatriz Martins Costa e Cristina Baran.

Como convidados especiais, além do ministro Moreira Franco, compareceram: Sérgio Quintella, vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro; Pietro Novelino, presidente da Academia Nacional de Medicina; Jésus Costa, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/RJ; o empresário Ronald Levinsohn; Ângela Costa, da Firjan; Cezar Vasquez, Armando Clemente e Evandro Peçanha, diretores



O economista Paulo Rabello de Castro, ministro Moreira Franco e Antonio Alvarenga, presidente da SNA



O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/RJ, Jésus Mendes Costa, com os diretores da SNA, José Carlos Azevedo de Menezes, almirante Ibsen de Gusmão Câmara e Ronaldo de Albuquerque



Roberto Paulo César de Andrade, da Academia Nacional de Agricultura, o empresário Paulo Protásio e Sérgio Quintella, vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas



Tito Ryff, vice-presidente da SNA, Ângela Costa, vice-presidente da Firjan e Paulo Alcântara Gomes, reitor da Universidade Castelo Branco

do Sebrae/RJ; André Pessôa, da Agroconsult; Adolfo Martins, presidente do jornal Folha Dirigida; Ruy Otávio Andrade, do Conselho Federal de Administração; Paulo Alcântara Gomes e Marcelo Pacheco, reitor e vice-reitor da Universidade Castelo Branco; o desembargador Gama Malcher; Afonso Pinto Guimarães, produtor de café e cana de açúcar em São Paulo; e Fábio Martins Faria, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, dentre outros.

Novo Governo

Alvarenga entregou ao ministro Moreira Franco um documento contendo propostas da SNA para o Governo

Dilma Rousseff manter o incentivo à expansão do agro-negócio.

O presidente da SNA aproveitou a oportunidade para mencionar os pontos mais relevantes do documento, afirmando que está otimista com o novo Governo. “Estamos confiantes”, disse Alvarenga, “o discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional foi bastante auspicioso. Esperamos que tal discurso se torne realidade”.



Embaixador Flávio Perri e o empresário Ronald Levinsohn, produtor de soja e algodão no oeste da Bahia



Antonio Freitas, diretor da FGV e da SNA, com o presidente do jornal Folha Dirigida, jornalista Adolfo Martins



Ruy Barreto e Afonso Pinto Guimarães, produtores de café, no Rio e em São Paulo, respectivamente



O presidente da Academia Nacional de Medicina, Pietro Novelino e o embaixador Affonso Arinos Mello Franco, da Academia Brasileira de Letras



Desembargador Gama Malcher e o jurista Roberto Paraíso, conselheiro da SNA



O economista Paulo Rabello de Castro e Sérgio Quintella, vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, com o ministro Moreira Franco

SNA apresenta sugestões ao novo Governo

A SNA encaminhou à presidente Dilma Rousseff um documento, elaborado por sua diretoria, contendo propostas que considera relevantes para a expansão da agricultura brasileira.

Os principais pontos do documento são os seguintes:

1. Políticas Cambial e Tributária

O agronegócio brasileiro padece de influência nefasta das políticas cambial e tributária, que têm penalizado a receita dos produtores, onerando sobremaneira o retorno do setor. A SNA defende a necessidade de calibrar os instrumentos da política cambial para manter a relação de trocas do produtor, proporcionando-lhe condições para o aumento de sua produtividade. Por outro lado, é inaceitável a carga tributária que pesa sobre os produtos agrícolas, com implicações no custo da cesta básica do consumidor, além de reduzir a competitividade na exportação.

2. Logística de Transporte e Armazenagem

Temos uma agricultura extremamente eficiente e competitiva da porteira para dentro, que é fortemente prejudicada no escoamento da produção pelas mazelas inerentes ao sistema de transporte no Brasil, deteriorado e ineficiente.

A produção agrícola enfrenta dificuldades e custos elevadíssimos para atingir os portos e os principais centros consumidores do país. Neste sentido, é necessário incentivar a iniciativa privada a investir em logística; melhorar a malha viária (incluindo as estradas vicinais); promover o uso de ferrovias e hidrovias e incrementar as infraestruturas de armazenagem e dos portos.

3. Desburocratização

Fator relevante para o desenvolvimento da agricultura e do agronegócio é a desburocratização, sobretudo no licenciamento e funcionamento da agroindústria.

De forma geral, existem abusos por parte dos órgãos de fiscalização, que deveriam adotar uma postura mais construtiva do que persecutória. Como exemplo, podemos citar a inspeção de produtos lácteos, onde as exigências fazem perdurar a produção de derivados de leite em condições extremamente precárias, com óbvios efeitos para o consumidor e também para o produtor, que se torna marginalizado.

4. Exportações

A SNA também considera muito importante incentivar a exportação de produtos com maior valor agregado e lidar com o mercado externo de forma mais eficiente, no que tange à logística exportadora e ao marketing internacional. Nesse sentido, o sistema de vigilância sanitária precisa ser aprimorado.

5. Pesquisas

O crescimento da produtividade da agricultura nos últimos anos deve-se ao grande sucesso da EMBRAPA. Torna-se, portanto, fundamental para o futuro da agricultura que se dê continuidade e se preserve o apoio ao funcionamento da EMBRAPA, sem interferências políticas.

O desenvolvimento continuado da agricultura brasileira demanda maiores investimentos em pesquisas e na aplicação de tecnologias de alta precisão.



Antonio Alvarenga, presidente da SNA, entregou ao ministro de Assuntos Estratégicos Moreira Franco o documento da SNA contendo sugestões ao Governo Dilma Rousseff

6. Meio Ambiente

É preciso implementar zoneamentos econômico-ecológicos nos biomas da Amazônia e do Cerrado, em especial neste último, a fim de conciliar o desenvolvimento agrícola com a preservação do patrimônio genético representado pela flora e fauna, em processo de degradação pela ocupação desordenada de espaços territoriais.

Igualmente relevante é a realização de estudos para prever e dimensionar as consequências das mudanças climáticas na produção agrícola brasileira, com ênfase no Centro Oeste (onde se prevê redução das chuvas).

Torna-se necessário o aceleramento da efetiva implantação das unidades de conservação já criadas, bem como o estabelecimento de outras, visando a preservar o patrimônio genético da nação, inclusive para manter as fontes de material gênico imprescindível às iniciativas de bioengenharia e melhoramento da produção agrícola.

7. Código Florestal

O Congresso Nacional discute atualmente um importante projeto de reforma do Código Florestal, que poderá ter forte impacto na agricultura. Ressaltamos alguns princípios que deveriam constar desta revisão: i) delegação aos estados do poder de legislar sobre tema, permitindo que sejam contempladas as diferentes peculiaridades regionais; ii) concessão de tratamento diferenciado e especial às pequenas propriedades, para que possam continuar a produzir, e seus proprietários e empregados não sejam impelidos a abandoná-las e a se deslocarem para as periferias das cidades.

A legislação atual tem perto de 50 anos, e somente uma parcela mínima de agricultores conseguiu cumpri-la até

hoje. Tal fato demonstra que o país demanda uma lei moderna e atual que preserve o meio ambiente, mas que não impeça a produção agrícola, e até mesmo não imponha a redução das áreas já agricultadas.

Assim sendo, é fundamental que se empreenda, com urgência, novos estudos sobre as alterações desejáveis na legislação, de modo a conciliar o conhecimento científico com os interesses da agropecuária e a preservação de material gênico das áreas com vegetação nativa.

8. Justiça Agrária

Há necessidade de criar uma Justiça Agrária especializada, com autonomia para resolver eventuais litígios nos conflitos decorrentes do Direito Agrário, e permitir que os produtores rurais sejam submetidos a regras justas e exequíveis no que diz respeito à preservação ambiental.

9. Produtos Orgânicos

Em todo o mundo – principalmente nas nações mais civilizadas - existe um movimento crescente de consumo de alimentos e utilização de produtos orgânicos. Torna-se oportuno, portanto, o incentivo governamental à adoção de métodos orgânicos de produção, através de maiores investimentos em pesquisa, assistência técnica especializada, bem como produção de insumos e sementes. Sugere-se o estabelecimento de linhas de crédito específicas, com juros diferenciados

para a cadeia orgânica, que beneficie os produtores e as agro-indústrias que atuam no segmento.

10. Outros Programas

Existem vários outros fatores que poderão contribuir para o aumento da produtividade agrícola, tais como:

a) Zoneamento agrícola e ambiental, com o propósito de definir as vocações agrícolas e pecuárias de cada região do país.

b) Programa de conservação de solos, disciplinando as intervenções mecanizadas, de modo a evitar processos de erosão.

c) Programa de formação de pastagens, com o objetivo de proporcionar aumentos crescentes de produtividade. O uso racional de áreas de pastagens poderá liberar espaços para outras atividades, inclusive a preservação ambiental, além de aumentar o potencial de produção de carne e leite.

d) Programa de ensino rural, com a devida valorização das atividades e profissões ligadas ao setor.

e) Seguro rural contra frustração de safras, permitindo que os segurados tenham garantia de renda diante de fatores eventuais que causem frustração total ou parcial de suas produções.

f) Incentivo à criação de empresas familiares, que transformem o pequeno agricultor em empresário.

SNA pede linha de crédito especial para os produtores atingidos pelas chuvas

O presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Antonio Alvarenga, solicitou ao Governo Federal a abertura de uma linha de crédito especial para os produtores rurais atingidos pelas recentes chuvas nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

“É natural que, no momento em que fatores climáticos produzem tragédias, as atenções se voltem para o resgate de vítimas e reconstrução das casas dos desabrigados. No entanto, não podemos nos esquecer dos produtores rurais, em sua grande maioria, homens e mulheres que se dedicam exclusivamente à atividade”, ressaltou Alvarenga.

Nas áreas atingidas do Rio e de Minas, os mais prejudicados foram os pequenos produtores, que são descapitalizados, e não possuem condições de se recuperar por não possuírem reservas financeiras para realizar os investimentos necessários para recomposição das construções, instalações, culturas e animais perdidos nas enchentes e deslizamentos.

“Assim sendo, continua o presidente da SNA, diante da iminência de terem que vender suas propriedades e tentarem, como tantos outros, a sobrevivência nas periferias das zonas urbanas, é imprescindível e urgente recompor, em condições especiais de financiamento, o capital dos produtores rurais atingidos, na exata proporção de suas perdas” reivindicou.



Recentes chuvas no Rio de Janeiro causaram além de desmoronamentos de encostas, prejuízos aos produtores rurais.